



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

### **Reforçar as medidas para proteger os menores contra o abuso sexual**

Recentemente, a Polícia Judiciária divulgou um caso suspeito de abuso sexual, cometido por um trabalhador não residente de um centro de explicações, envolvendo 5 alunos do sexo masculino, que despertou a atenção social. No corrente ano, foram detectados vários casos de abuso sexual de menores, quer em centros de explicações, quer em escolas regulares, locais com os quais os menores têm mais contacto, por isso, a sociedade duvida da segurança desses estabelecimentos. Mais, todos os casos mencionados foram detectados por terceiros, o que demonstra que os alunos não estão suficientemente consciencializados sobre a autoprotecção, e que os trabalhos de educação sexual merecem melhorias.

Na realidade, a Convenção sobre os Direitos da Criança aplica-se em Macau desde 1998, por isso, não restam dúvidas de que o Governo tem a responsabilidade de garantir o crescimento saudável e feliz das crianças, tem especialmente de garantir que os menores não sejam vítimas de abuso sexual. Para o efeito, há que recorrer às restrições legais, à supervisão administrativa, à sensibilização e à educação, entre outras medidas, no sentido de criar um ambiente seguro para o crescimento dos menores. No entanto, veja-se o exemplo do caso suspeito de abuso sexual ocorrido num centro de explicações. O Regime do licenciamento e fiscalização dos centros de apoio

IE-2018-11-23-Wong Kit Cheng(P) SL-APN



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

pedagógico complementar particulares, que visa regulamentar as actividades dos centros de explicações, foi aprovado em 1998, e alguns artigos sofreram alterações em 2002. Já se passaram mais de 10 anos, e depois de uma audição que teve lugar em 2015, nada mais se ouviu sobre o assunto, o que acabou por resultar em falta de restrições legais.

No que diz respeito à educação sexual, o Centro de Educação Moral da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude iniciou já alguns trabalhos no âmbito da educação sexual, mas sem carácter sistemático. Tendo em conta que tanto o “Quadro da Organização Curricular” como as “Exigências das Competências Académicas Básicas” carecem de orientações claras sobre a educação sexual, cabe então às escolas, ao Instituto de Acção Social e à Direcção dos Serviços de Educação e Juventude decidir sobre o conteúdo da disciplina de educação sexual. Segundo as informações veiculadas por alguns estudantes, a educação sexual ministrada nas escolas não é suficiente, e os docentes não estão a par da lei sobre os crimes sexuais, que foi já alterada no ano passado, à qual se aditaram o crime sobre a importunação sexual, o crime sobre o recurso à prostituição de menores, o crime sobre a pornografia de menores, etc. Alguns docentes desconhecem até os procedimentos de comunicação sobre suspeitas de abuso sexual, e têm dificuldade em passar conhecimentos aos alunos sobre sexo. Pelo exposto, o Governo deve empregar esforços na avaliação e optimização da actual política de educação sexual, no sentido de aumentar a importância da educação sexual e reforçar, plenamente, a consciência dos alunos para a sua autoprotecção.

IE-2018-11-23-Wong Kit Cheng(P) SL-APN



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Com vista a garantir melhor a segurança dos menores e reforçar a capacidade de detectar crises, o Governo deve definir os procedimentos de comunicação, métodos de tratamento e mecanismos de comunicação mais claros para as escolas, centros de explicações, instituições educativas e estabelecimentos de actividades comunitárias, locais com os quais os menores têm mais contacto. Vai fazê-lo?
2. Face aos sucessivos casos de abuso sexual de menores, as autoridades competentes devem proceder à avaliação da política sobre a educação sexual, a fim de que os menores fiquem mais consciencializados sobre a autoprotecção. Pelo exposto, o Governo deve proceder à gestão, de forma integrada, da formação de docentes na área da educação sexual, da organização de actividades e da elaboração de material didáctico; deve criar um centro de recursos independente para o desenvolvimento da educação sexual, procedendo, de forma sistemática, ao estudo e à avaliação das orientações para o desenvolvimento da educação sexual, no sentido de otimizar as orientações ao nível do “Quadro da Organização Curricular” e das “Exigências das Competências Académicas Básicas”, fiscalizar a sua implementação nas escolas e assegurar a coordenação dos trabalhos de educação sexual nos bairros comunitários. Vai fazê-lo?
3. Os casos de abuso sexual ocorridos recentemente em instituições de apoio pedagógico, tais como centros de explicações e outros, fizeram

IE-2018-11-23-Wong Kit Cheng(P) SL-APN



**澳門特別行政區立法會**  
**Região Administrativa Especial de Macau**  
**Assembleia Legislativa**

sobressair a importância de reforçar a fiscalização dessas instituições. Pelo exposto, o Governo deve acelerar a revisão do “Regime de Licenciamento e Fiscalização dos Centros Particulares de Apoio Pedagógico Complementar” e apreciar rigorosamente a identidade e qualificação do pessoal desses estabelecimentos, com vista a reforçar a protecção dos menores. O Governo vai fazer isso?

23 de Novembro de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,**

---

**Wong Kit Cheng**

---

IE-2018-11-23-Wong Kit Cheng(P) SL-APN